

<!-- @page { margin: 2cm } P. { margin-bottom: 0.21cm } -->

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2009, REALIZADA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO EM VINTE E QUATRO DE MARÇO

Às dezessete horas do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Ouro Preto, sob a Presidência do Vereador Júlio Ernesto de Grammont Machado de Araújo, iniciou-se a vigésima primeira Reunião Ordinária desta Casa Legislativa. O Senhor Presidente solicitou ao Vereador Flávio Andrade, Secretário, que fizesse a chamada inicial, à qual responderam os Vereadores Crovymara Batalha, Flávio Andrade, Silmério Rosa, Leonardo Edson, Moisés Rodrigues, Luiz Gonzaga, Maurício-Moreira e Maurílio Zacarias, totalizando nove Vereadores em Plenário. Havendo quórum regimental, o Presidente declarou aberta a presente reunião e solicitou ao Secretário que procedesse à leitura do Expediente. EXPEDIENTE: Ofício nº 36/09, do Prefeito Municipal, em resposta ao Requerimento 23/09, do Vereador Leonardo Barbosa. Ofício 125/09, do Engenheiro Sebastião de Abreu Ferreira, Substituto do Superintendente Regional do DNIT no Estado de Minas Gerais, em resposta a Representação nº 12/09, da Vereadora Crovymara Batalha. Foram distribuídas às Comissões Permanentes Projeto de Lei nº 17/09, do Prefeito Municipal, que autoriza o pagamento de despesa referente ao serviço de transporte escolar; Emenda apresentada pelo Vereador Flávio Andrade ao Projeto de Lei Complementar nº 01/09; Emendas apresentadas pela Vereadora Regina Braga ao Projeto de lei Complementar nº 01/09; Projeto de Lei nº 18/09 do Vereador Flávio Andrade, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Engenho D'água. Foram colocadas em votação as ATAS das 19ª e 20ª Reuniões Ordinárias, aprovadas por dez votos cada uma. ORDEM DO DIA: REQUERIMENTOS: Foram colocados em votação os REQUERIMENTOS nº 49/09, da Vereadora Regina Braga, requerendo informações sobre a execução da obra prevista no Orçamento Participativo de 2006 para ser realizada no ano de 2007 na Escola Municipal José Estevam Braga, distrito de Engenheiro Corrêa, aprovado por nove votos; 51/09, do Vereador Leonardo Barbosa, requerendo o envio de demonstrativo de despesas dos anos do primeiro mandato do Prefeito Ângelo Oswald, aprovado por nove votos. Presidente: Sugeriu que fosse feita uma Reunião Extraordinária de Comissões, tendo em vista a importância do Projeto que trata do Transporte da Secretaria de Educação. ORADORES: A Vereadora Regina Braga fez um breve comentário sobre o Projeto de Lei Complementar nº 01/09, após ter feito um longo estudo em seu texto; informou que fez esse estudo para verificar qual era a vantagem de estarem aumentando a despesa com pessoal; ressaltou que não estava falando do Projeto com intenção de denegrir a pessoa de ninguém e que estava falando de gestão pública. Mostrou alguns slides destacando a situação em que se encontra alguns distritos. O Presidente destacou que o assunto arquitetura pública é inclusive interesse desta Casa. Informou sobre reunião que ocorrerá na próxima sexta-feira para tratar do assunto. O Vereador Flávio Andrade informou que o Senhor Ronaldo Peret tomou posse da Presidência da Sociedade Operária Beneficente de São José. O Vereador Leonardo Barbosa comentou sobre o pronunciamento da Vereadora Regina Braga, acerca do descaso do Governo atual com grande parte do povo ouropretano; falou sobre a resposta ao Requerimento 36/09, disse que gostaria de saber, por intermédio do Requerimento, quanto a Prefeitura pagou à Escola de Samba da Portela; perguntou sobre o valor liberado para cada escola de samba que desfilou no Carnaval desse ano; informou que obteve como resposta que o valor girou em torno de quinze mil reais. Informou que o valor pago pelo Município à bateria da Portela para apresentação em apenas um dia foi de noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e um reais; ressaltou que isso é vergonhoso, tendo em vista o valor repassado às escolas de samba do Município. Ressaltou que deveria haver concurso público para a Controladoria Jurídica do Município, salientando que a função do controlador é controlar e fiscalizar as contas públicas, motivo pelo qual, segundo ele, faz com que um controlador não possa ser indicado politicamente. Comentou sobre a abordagem do controlador jurídico do Município no Projeto de Lei da Reforma Administrativa, reforçando que esse é um tipo de cargo cuja nomeação deve ser feita por intermédio de um concurso público. Com aparte, a Vereadora Regina Braga mencionou que a Prefeitura, se o projeto for aprovado, terá diretoria de recepção e atendimento. Salientou que, se forem cortados cargos que ela achou desnecessários, dá uma economia de um milhão, oitocentos e vinte e três, novecentos e trinta e cinco e setenta e três, argumentando que, com essa economia,

poder-se-ia reforçar algumas Secretarias. Retornando a palavra, o Vereador Leonardo Barbosa citou que deveria haver cortes no Projeto de Lei em questionamento; comparou o número de cargos de confiança do Município com o número de cargos da república de outros países como o da República Chilena e Estados Unidos. Informou que ele juntamente com os Vereadores Flávio Andrade e Maurílio Zacarias Gomes estiveram, na data anterior a esta, em diligência na Secretaria Municipal de Educação e que enfrentaram obstáculos na hora de verificar os documentos. Argumentou que esta Casa tem o Poder Legislativo, mas que este foi atropelado na diligência feita na Secretaria de Educação; ressaltou que a Secretária se omitiu em não mostrar os documentos; argumentou que apenas mostrar os documentos não custaria nada. O Presidente sugeriu ao Vereador Leonardo Barbosa que formalizasse, conjuntamente com os demais membros da Comissão Especial, o pedido. O Vereador Luiz Gonzaga citou ter avaliado o tempo em que está neste mandato e, uma das reclamações recebidas, diz respeito ao fornecimento de cestas básicas. Argumentou saber que foi eleito não para fazer assistencialismo, pois, segundo ele, o que o povo espera de um Vereador é que ele exerça sua função em prol da comunidade, busca de melhorias e justiça social, principalmente para as classes menos favorecidas. Mencionou ter uma Assessora com especialidade na área jurídica que tem pego algumas causas, acompanhando-as na ação social. Ressaltou que gostaria que os vereadores desta Casa se juntassem para tirar o item da KTM que trata da capina, que, de acordo com ele, é de péssima qualidade; apresentou idéias para se tentar resolver o problema com o serviço de capina, principalmente em relação à geração de empregos para os pequenos empreiteiros do Município. Comentou sobre a Indicação nº 93/2009, de autoria dele. Por questão de ordem, o Vereador Flávio Andrade informou que este Legislativo recebeu o Projeto de Lei relativo ao pagamento de despesa referente ao serviço transporte escolar. Mencionou que há no referido projeto três relatórios parciais anexos: um do núcleo de Santa Rita, um do núcleo que, provavelmente seria o da sede, e um do núcleo de Cachoeira do Campo. Comentou sobre alguns pontos dos relatórios. Salientou que o levantamento apresentado nos relatórios foi muito bem detalhado, caso por caso, mas que a investigação realizada pela Prefeitura acerca do assunto deve ser mais aprofundada. O Vereador Leonardo Barbosa ressaltou que o assunto é sério, tendo em vista que havia uma dotação orçamentária, votada em dois mil e sete, para ser executada em dois mil e oito. Disse que compete a este Legislativo saber fazer uma comparação entre os anos de dois mil e sete e dois mil e oito com o transporte da Secretaria Municipal de Educação. O Vereador Flávio Andrade disse que percebeu que deveria ter sido realizado um aditivo, que não foi feito no ano passado. Mencionou que, se tiver um jeito de autorizar o pagamento de modo mais ágil, seria o papel da Câmara para diminuir essa injustiça. Sugeriu que fosse realizada Reunião Extraordinária de Comissões na próxima quinta-feira, às quatorze horas, visando analisar esse projeto a fim de dar uma resposta rápida às pessoas que estão sem receber. A Vereadora Crovymara Batalha fez um esclarecimento com relação ao Projeto de Lei ao qual o Vereador Flávio Andrade se referira: os setores do relatório são o de Santa Rita, Cachoeira do Campo e o outro das empresas; foi feito um aditivo, mas ele não chegou às vias de fato, sendo que alguns valores foram anulados para ser pago; o valor aproximado do aditivo é de quatrocentos e setenta reais. Perguntou se alguém da Comissão que fez a apuração na Prefeitura foi convidado para comparecer à reunião das Comissões. Sugeriu que se convidasse algum representante da Comissão. O Presidente consultou os vereadores a fim de verificar se todos estavam de acordo com a Reunião Extraordinária das Comissões proposta pela Vereador Flávio Andrade. A Reunião ficou agendada para a quinta-feira, às quatorze horas e trinta minutos. Convidou os demais vereadores para, após a Reunião Extraordinária, irem ao Samu para conhecer o sistema de funcionamento da unidade. Comunicou que, na data anterior a esta, o Prefeito entregou à comunidade da Vila Aparecida e à irmandade o projeto, aprovado pela Secretaria de Patrimônio, da ampliação da capela de Nossa Senhora Aparecida. Em relação ao Projeto da Reforma Administrativa encaminhado pelo Executivo citou que se deve valorizar, principalmente, os servidores efetivos. Mencionou que existem dois tipos de pessoas: as que muitas vezes não fazem nada e saem e casa todos os dias e pensam em prejudicar alguém; e aquelas que saem de casa com o intuito de realizar algo e fazer o bem. Salientou que, em sua vida pública, não obstruiu nenhuma investigação e muito menos alguma apuração com relação à conduta dele nesses cinco anos. Disse se sentir orgulhoso em ser Presidente desta Casa e de trabalhar com os colegas Vereadores. Agradeceu presença de todos e solicitou ao senhor Secretário que fizesse a chamada final à qual responderam os Vereadores Silmério Rosa, Luiz Gonzaga, Maurício Moreira-Paquinha, Maurílio Zacarias, Moisés Rodrigues, Flávio Andrade, Regina Braga totalizando nove Vereadores. Nada mais havendo a tratar, a

Câmara Municipal de Ouro Preto -

reunião foi encerrada pelo Presidente e, para constar, foi lavrada a presente Ata que, submetida a Plenário, foi aprovada e assinada pelos Vereadores.